FUNDAÇÃO BENJAMIN GUIMARÃES CNPJ: 17.200.429/0001-25

BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM DEZEMBRO DE 2025 E ANO DE 2024 — R$(mil)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		**89.728**	**84.059**
Caixa e Equivalência de Caixa	4	1.390	1.695
Aplicações Financeiras	4.1	48.525	54.815
Contas a receber	5	30.801	19.347
Estoques	6	3.723	4.186
Outros Créditos	7	5.289	4.016
NÃO CIRCULANTE		**597.386**	**581.501**
Realizável a Longo Prazo		**1.166**	**1.263**
Depósitos Judiciais	8	769	866
Conta Corrente Pacientes Sus/Convenios	8.1	397	397
Investimentos		**8**	**6**
Imobilizado	9	**596.184**	**580.204**
Intangível		**28**	**28**
TOTAL DO ATIVO		**687.114**	**665.560**

PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		**61.574**	**64.302**
Fornecedores	10	26.048	21.714
Salários e contribuições sociais	11	11.848	11.072
Obrigações fiscais	11.1	2.355	1.733
Empréstimos e Financiamentos	12	7.819	17.523
Obrigações com convênios	13	13.504	12.260
NÃO CIRCULANTE		**128.389**	**111.364**
Empréstimos e Financiamentos	12	74.184	72.288
Obrigações com convênios	13	49.096	34.268
Provisões para demandas judiciais	14	4.373	4.618
Fornecedores	14.1	736	190
PATRIMÔNIO SOCIAL	15	**497.151**	**489.894**
Patrimônio Social		489.894	465.314
Superávits do Exercício		7.257	24.580
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**687.114**	**665.560**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E ANO DE 2024

R$(mil)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024 *REAPRESENTADO
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Serviços Hospitalares	16.1	88.679	86.085
Incentivos e Subvenções	16.2	109.431	95.844
Receita de Doação	16.3	24.020	21.350
Receita com Gratuidade Tributária	16.4	28.707	26.019
Receitas de Desenvolvimento e Pesquisa		6.105	6.604
Outras Rendas	16.6	736	1.712
		257.678	**237.614**
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Glosas	16.5	(98)	(556)
Honorários Médicos	16.5	(892)	(1.714)
Despesa com Gratuidade Tributária	16.4	(28.707)	(26.019)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	16	**227.981**	**209.325**
Custo dos Serviços Prestados	17	(178.907)	(144.376)
SUPERÁVIT BRUTO		**49.074**	**64.949**
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com Pessoal-(Adm)	17.1	(15.291)	(13.820)
Outras Despesas Operacionais	17.1	(16.492)	(16.071)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS			
Aluguéis	18	216	65
SUPERÁVIT OPERACIONAL		**17.507**	**35.123**
RESULTADO FINANCEIRO			
Receita		1.380	2.136
Despesa		(11.630)	(12.679)
		(10.250)	**(10.543)**
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		**7.257**	**24.580**

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.10 As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E ANO DE 2024

R$(mil)

	Patrimônio Social	Superávits Acumulados	Total
Saldo em 31 dezembro de 2023	**475.733**	**(10.419)**	**465.314**
Incorporação	(10.419)	10.419	-
Superávit do Exercício	-	24.580	24.580
Saldo em 31 dezembro de 2024	**465.314**	**24.580**	**489.894**
Incorporação	24.580	(24.580)	-
Superávit do Exercício	-	7.257	7.257
Saldo em 31 dezembro de 2025	**489.894**	**7.257**	**497.151**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E ANO DE 2024

R$(mil)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	7.257	24.580
Depreciação	6.414	6.245
Baixa de bens do ativo imobilizado	7.414	1.720
	21.085	**32.545**
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(11.456)	(6.966)
Estoques	463	1.318
Outros ativos	(1.273)	1.333
Depósitos judiciais	97	24
Contas a receber - LP	0	959
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	4.880	586
Salários e contribuições sociais	776	3.689
Obrigações fiscais	622	688
Obrigações com convênio	16.072	8.696
Provisão para demandas judiciais	(245)	(2.365)
Caixa líquido das atividades operacionais	**31.021**	**40.507**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(29.808)	(13.268)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(29.808)**	**(13.268)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Obtenção de empréstimos e financiamentos	82.003	89.810
Pagamentos de empréstimos	(89.811)	(97.728)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(7.808)**	**(7.918)**
Acréscimo (decréscimo) líquido em caixa e equivalente caixa	**(6.595)**	**19.321**
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	56.510	37.189
Caixa e equivalente caixa no final do exercício	49.915	56.510
	(6.595)	**19.321**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO BENJAMIN GUIMARÃES NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Benjamin Guimarães é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS sob o nº 063.390/45. Conforme Atestado de Registro e Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, foi instituída em 25.01.1944 e adquiriu personalidade jurídica em 26.01.1944, com registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas Jero Oliva sob o nº 523. É reconhecida como de utilidade pública federal conforme Decreto n.º 63.686 de 26.11.1968 revogado pelo Dec. S/N de 27.05.1992 D.O. 28.05.1992 - P.6590, de utilidade pública estadual conforme Lei n.º 2.435 de 22.08.1961 e de utilidade pública municipal conforme a Lei n.º 3.011 de 13.12.1979. Tem como objetivo o atendimento médico em geral, tanto em regime ambulatorial quanto no de internamento e desenvolvimento acadêmico das áreas de pesquisas e especializações médicas, aplicando integralmente suas rendas, recursos e eventuais resultados operacionais na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional. A Instituição é dirigida por um Conselho Curador como órgão soberano e normativo e por uma Diretoria executiva, tendo suas atividades, no que diz respeito à manutenção dos ideais de seu instituidor, fiscalizadas por um Conselho Fiscal. A Fundação aplica integralmente o seu resultado na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Os membros do conselho curador não recebem remuneração, vantagens ou benefícios sob qualquer forma ou título em razão das competências, funções ou atividades que lhe são atribuídas estatutariamente. A entidade não distribui lucros, dividendos ou bonificações. Para manutenção de suas atividades estatutárias, presta serviços ao SUS – Sistema Único de Saúde em 100% de sua capacidade instalada, junto à população em geral, recursos diversos na forma de doações, que são aplicados integralmente na sua atividade fim. A Fundação trabalha de forma árdua adotando medidas de controle financeiro e operacional para melhoria dos níveis de resultado operacional em volume suficiente para manutenção das atividades, amortização da dívida, investimentos e, principalmente, a continuidade do processo de sustentabilidade. A Administração avaliou que a Fundação tem capacidade de manter suas atividades operacionais e que, por este motivo, não pretende liquidar ou cessar suas operações, além de visualizar, em um futuro próximo, alternativas realistas para evitar o encerramento das suas operações. A Diretoria da Fundação autorizou a conclusão da elaboração e aprovou as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 em 09 de abril de 2026.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Informações gerais

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, em especial a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como as demais Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG), interpretações (ITG) e orientações técnicas aplicáveis. A elaboração das demonstrações contábeis observou, ainda, os princípios da competência e da continuidade operacional, bem como os critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. As principais políticas contábeis adotadas pela Administração na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas nas notas explicativas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2. Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência, sendo registradas no período em que ocorrem os respectivos fatos geradores, independentemente do recebimento ou pagamento, em conformidade com a NBC TG Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros. As receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços fluam para a entidade e quando tais valores possam ser mensurados com confiabilidade, observando-se a natureza específica de cada transação. No caso das doações, estas são reconhecidas no resultado quando recebidas ou quando há evidência objetiva de sua realização e mensuração confiável, com base em controles internos e relatórios emitidos pelos setores responsáveis. As doações recebidas sem identificação imediata de sua origem são reconhecidas no resultado quando da efetiva identificação ou, na ausência desta, quando do ingresso dos recursos financeiros. As receitas e despesas relacionadas à gratuidade dos serviços prestados são reconhecidas no resultado no período em que ocorrem, com base em critérios de mensuração estabelecidos pela Administração, em conformidade com a ITG 2002 (R1), evidenciando o volume de serviços prestados à sociedade. As subvenções governamentais para custeio e investimento são reconhecidas no resultado de forma sistemática, ao longo dos períodos em que a entidade reconhece as despesas correspondentes ou cumpre as condições estabelecidas nos instrumentos firmados, em conformidade com a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, correlata à norma internacional IAS 20.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Fundação, conforme definido pela NBC TG 02 (R3) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, correlata ao CPC 02, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Os valores apresentados nas demonstrações contábeis e nas respectivas notas explicativas foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico como critério de mensuração, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, quando aplicável, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A elaboração das demonstrações contábeis observa os conceitos e fundamentos estabelecidos na NBC TG Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, correlata ao CPC 00 (R2), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a qual está convergente ao Conceptual Framework for Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board.

2.5. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Fundação são reconhecidos e mensurados em conformidade com a NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros, correlata ao CPC 48, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), convergente ao IFRS 9. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, são mensurados de acordo com sua classificação, podendo ser registrados pelo custo amortizado ou pelo valor justo, conforme a natureza e a finalidade do instrumento financeiro. Para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, os valores contábeis aproximam-se de seus valores justos, considerando sua natureza de curto prazo. Para aqueles mensurados ao valor justo, este é determinado com base em informações de mercado disponíveis na data do balanço. O valor justo corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

2.6. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo, bem como aqueles de curto prazo quando relevantes, são ajustados ao seu valor presente, com base em taxas de desconto que refletem as melhores estimativas do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos das transações. O ajuste a valor presente é realizado em conformidade com a NBC TG 12 – Ajuste a Valor Presente, correlata ao CPC 12 (R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), sendo reconhecido no resultado pelo método dos juros efetivos ao longo do prazo das respectivas operações. Os saldos contábeis são apresentados por valores que se aproximam de seus valores presentes na data do balanço, considerando a natureza e os prazos das operações. A Administração avaliou os efeitos do ajuste a valor presente e concluiu que não são relevantes para as demonstrações contábeis.

2.7. Tributos

A Fundação é uma entidade sem fins lucrativos e, na condição de entidade beneficente de assistência social na área da saúde, é alcançada pela imunidade tributária prevista no artigo 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, desde que atendidos os requisitos legais aplicáveis. Adicionalmente, a Fundação observa as disposições contidas no artigo 14 do Código Tributário Nacional e no artigo 15 da Lei nº 9.532/1997, mantendo o cumprimento das condições necessárias à fruição da imunidade tributária, tais como a não distribuição de resultados, a aplicação integral de seus recursos em suas finalidades institucionais e a manutenção de escrituração contábil regular. Nesse contexto, a Fundação não está sujeita à incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), relativamente às suas atividades próprias. A Fundação mantém ativo o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), nos termos da Lei Complementar nº 187/2021, o qual reforça sua condição de entidade beneficente e assegura o cumprimento dos requisitos legais para fruição das imunidades e isenções aplicáveis. Adicionalmente, a entidade cumpre com suas obrigações acessórias, incluindo a apresentação das declarações exigidas pela legislação fiscal vigente.

2.8. Trabalho voluntário

A Fundação Benjamin Guimarães conta com a colaboração de voluntários em suas atividades institucionais, incluindo iniciativas como a atuação do grupo de palhaços do Instituto Hahaha, que contribuem para o bem-estar dos pacientes atendidos. Em conformidade com a ITG 2002 (R1), os serviços voluntários devem ser reconhecidos contabilmente quando puderem ser mensurados com confiabilidade e quando houver base objetiva para sua valoração. A Administração avaliou os serviços recebidos e concluiu que não há base objetiva para sua mensuração, motivo pelo qual não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.9. Subvenções governamentais

As receitas decorrentes de subvenções e assistências governamentais são reconhecidas no resultado somente quando cumpridas todas as condições estabelecidas nos instrumentos firmados em conformidade com a NBC TG 07 (R2) – Subvenções e Assistência Governamentais, correlata ao CPC 07 (R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade(CFC). Os recursos recebidos são inicialmente registrados no ativo, tendo como contrapartida contas do passivo, classificadas como receitas diferidas ou subvenções a realizar, até que sejam atendidas as condições estabelecidas para seu reconhecimento no resultado. Tal reconhecimento ocorre de forma sistemática e racional, em correspondência com as despesas incorridas (custeio) ou com a realização dos investimentos a que se vinculam, de acordo com a natureza da subvenção e em consonância com a execução dos respectivos convênios.

2.10. Reapresentação nas demonstrações financeiras de 2024

Após revisão de nossas práticas contábeis, a Fundação Benjamin Guimarães objetivando a melhor apresentação de seu desempenho financeiro e operacional concluiu que, em 2024 uma parte da Despesa com pessoal foi considerado como Custos com pessoal, por este motivo fez-se necessário a reapresentação para o ano de 2024 afim de corrigir esta mudança, mantendo a mesma base utilizada em 2025

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são baseadas na experiência histórica da Administração e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros, sendo continuamente revisadas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Em conformidade com a NBC TG Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, correlata ao CPC 00 (R2), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como a NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, correlata ao CPC 23, a Administração exerce julgamento na definição e revisão das estimativas contábeis relevantes. Devido à natureza inerente das estimativas, os valores efetivos de realização de ativos e liquidação de passivos podem diferir dos valores estimados. As principais áreas que requerem maior grau de julgamento e uso de estimativas pela Administração incluem, entre outras:

•Provisões para contingências (cíveis, trabalhistas, tributárias e ambiental);
•Mensuração de instrumentos financeiros;
•Recuperabilidade de ativos (teste de impairment, quando aplicável);
•Reconhecimento de subvenções governamentais;
•Provisão para perdas esperadas com créditos (quando aplicável);
•Vida útil econômica e valor residual do ativo imobilizado.

Há diversas áreas nas quais se faz necessária a aplicação de elevado grau de julgamento por parte da Administração na determinação das estimativas contábeis, destacando-se:

a)Continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, conforme estabelecido na NBC TG Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, correlata ao CPC 00 (R2), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração avaliou a capacidade da Fundação de continuar operando no curso normal de suas atividades e, embora tenha sido verificada a ocorrência de déficits em exercícios anteriores, entende que tais resultados estão associados, principalmente, às características operacionais da entidade, cuja atuação é predominantemente voltada ao atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), cuja tabela de remuneração, em determinados casos, não cobre integralmente os custos e despesas incorridos. Nesse contexto, a Administração vem adotando medidas contínuas de aprimoramento da gestão operacional e financeira, bem como buscando alternativas de captação de recursos e otimização de custos, com o objetivo de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da Fundação. Com base nessas avaliações, a Administração conclui que não há incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da entidade, razão pela qual as demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto de continuidade.

b)Perda (impairment) do imobilizado

A Fundação avalia, ao final de cada exercício, a existência de indícios de perda no valor recuperável de seus ativos, em conformidade com a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correlata ao CPC 01 (R1), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), convergente ao IAS 36 emitido pelo International Accounting Standards Board. Com o objetivo de assegurar a adequada mensuração de seus ativos imobilizados, a Fundação contratou empresa especializada para realização de revisão técnica e avaliação de seus ativos, cujos trabalhos foram conduzidos no período de abril a dezembro de 2022. A referida avaliação contemplou, principalmente, os ativos imobiliários, que representam parcela relevante do ativo imobilizado da entidade, considerando a necessidade de atualização das estimativas utilizadas na determinação de seu valor recuperável. Com base nos procedimentos realizados e nas premissas adotadas, a Administração concluiu que não há evidências de perda no valor recuperável dos ativos, não sendo, portanto, necessário o reconhecimento de perdas por impairment no exercício.

c)Provisão para perdas de liquidação duvidosa de clientes

A Fundação constitui provisão para perdas esperadas associadas aos valores registrados em contas a receber, com base em análise individualizada dos saldos, histórico de inadimplência e demais informações disponíveis, em conformidade com a NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros, correlata ao CPC 48, bem como com a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, ambas aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A mensuração das perdas esperadas considera, entre outros fatores, a análise da carteira de clientes, incluindo valores a receber de órgãos públicos, convênios privados de saúde e atendimentos particulares, bem como a avaliação do risco de inadimplência com base em informações históricas e na análise do aging list. A provisão é reconhecida no resultado do exercício como estimativa de perdas associadas à não realização dos créditos, refletindo a melhor estimativa da Administração quanto ao risco de não recebimento. A Administração revisa periodicamente os critérios e premissas utilizados na mensuração das perdas esperadas, ajustando-os sempre que necessário, de forma a refletir as condições atuais e as expectativas futuras de recuperação dos créditos. Ressalta-se que, a partir de junho de 2024, a Fundação passou a operar com atendimento integral ao Sistema Único de Saúde (SUS), o que impacta a composição e o perfil de risco dos valores a receber, sendo tais fatores considerados na avaliação das perdas esperadas.

d)Provisão para demandas judiciais

A Fundação reconhece provisões em conformidade com a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, correlata ao CPC 25, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), convergente ao IAS 37 emitido pelo International Accounting Standards Board. Uma provisão é reconhecida quando a Fundação possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de evento passado, sendo provável a saída de recursos para sua liquidação e quando o valor pode ser estimado com confiabilidade. As provisões são mensuradas com base na melhor estimativa da Administração quanto ao valor necessário para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando os riscos e incertezas envolvidos. Os passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível. Já os ativos contingentes não são reconhecidos, sendo divulgados apenas quando a entrada de benefícios econômicos for considerada provável. A Administração revisa periodicamente suas estimativas, ajustando os valores reconhecidos sempre que necessário, com base em novas informações ou mudanças nas circunstâncias.

4.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

R$(mil)

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	4	5
Bancos - Recursos Próprios - Hospital da Baleia	22	108
Bancos - Recursos Rede de Amigos	27	180
Bancos - Recursos Convênios Órgãos Públicos	1.198	1.201
Cartões Crédito/A Receber	139	201
	1.390	**1.695**

Caixa: Compreende os valores em espécie mantidos em tesouraria, destinados ao pagamento de despesas de pequeno valor.
Bancos: Os saldos em bancos correspondem a depósitos mantidos em contas correntes junto a instituições financeiras, incluindo recursos próprios, doações e verbas públicas vinculadas às atividades da Fundação. Esses recursos encontram-se disponíveis para utilização nas operações da entidade, observadas as eventuais restrições de uso decorrentes de sua natureza ou origem.

4.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

R$(mil)

	31/12/2025	31/12/2024
Recursos Próprios	1.023	20.642
Recursos Convênios	47.502	34.173
	48.525	**54.815**

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas em conformidade com a NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros, correlata ao CPC 48, sendo classificadas de acordo com sua natureza e finalidade, podendo ser mensuradas pelo custo amortizado ou pelo valor justo, conforme aplicável. Os rendimentos de aplicações financeiras, incluindo juros, atualização monetária e demais variações, são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência. No caso de recursos próprios, os rendimentos são apropriados diretamente ao resultado, refletindo o desempenho financeiro da Fundação. Para os recursos vinculados a convênios e subvenções governamentais, os rendimentos financeiros são reconhecidos no passivo, compondo as contas de subvenções a realizar ou receitas diferidas, sendo apropriados ao resultado de forma sistemática, em consonância com a execução dos respectivos instrumentos, em conformidade com a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, correlata ao CPC 07 (R1).

5. CONTAS A RECEBER

R$(mil)

	31/12/2025	31/12/2024
Contas Correntes - Pacientes SUS	29.472	16.812
PCLD - SUS	-	(260)
Contas Correntes - Pacientes Convênios	1.706	3.026
PCLD - Convênios	(437)	(437)
Contas Correntes - Pacientes Particulares	301	292
PCLD - Particulares	(241)	(86)
	30.801	**19.347**

SUS: As receitas da Fundação decorrem, substancialmente, da prestação de serviços médico-hospitalares ao Sistema Único de Saúde (SUS) e são reconhecidas de acordo com o regime de competência, em conformidade com a NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, correlata ao CPC 47. O reconhecimento da receita ocorre à medida que os serviços são efetivamente prestados, considerando os valores estabelecidos nas tabelas e instrumentos contratuais aplicáveis. Os valores faturados incluem, quando aplicável, honorários médicos que são posteriormente repassados às clínicas ou profissionais responsáveis pela execução dos serviços, sendo tais valores reconhecidos conforme a natureza da relação contratual estabelecida.
Convênios: O presente item refere-se ao faturamento dos serviços médico-hospitalares prestados às Operadoras de Planos de Saúde privados de quando o hospital não era 100% SUS, mas que temos em nossas cobranças e controles a possibilidade de recebimento, já realizamos a constituição do PCLD (Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa) do valor que reconhecemos como não sendo possível de recebimento.
Particulares: refere-se ao faturamento dos serviços médicos hospitalares prestados aos pacientes particulares e que no mesmo formato de convênios acima, mantém-se em nosso critério para recebimento.
PCLD: Em conformidade com as disposições do ITG 2002, aprovado pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a Administração constituiu as Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) com base na estimativa de valores cuja realização apresenta incerteza, abrangendo montantes passíveis de não recebimento junto a clientes de convênios, operadoras de planos de saúde, pacientes particulares e também dos pacientes atendidos via SUS (Sistema Único de Saúde). Em estrita observância às diretrizes estabelecidas pelo ITG/2002(R1), Resolução CFC 1.409/2012, a Administração procedeu à constituição das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa. Essa medida visa contemplar os valores potencialmente inadimplentes provenientes de clientes de Convênios/operadoras, Particulares e SUS. Essa prática contábil não apenas atende aos requisitos normativos, mas também reflete o compromisso da instituição em adotar uma abordagem prudente na gestão de seus recursos financeiros. Ao antecipar e provisionar os valores suscetíveis de não serem integralmente recebidos, a Fundação busca mitigar os riscos associados à inadimplência e assegurar a saúde financeira da organização. Portanto, a constituição das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa não apenas atesta a conformidade com as normas contábeis vigentes, mas também demonstra a responsabilidade e a diligência da Administração em garantir a estabilidade e a solidez das operações financeiras da instituição.

6. ESTOQUES

R$(mil)

	31/12/2025	31/12/2024
Medicamentos e Materiais Hospitalares	2.773	2.055
Materiais Almoxarifado	723	1.737
Doações	46	118
Estoque Materiais SHL	27	28
Estoque Materiais SND	126	162
Estoque Materiais de Manutenção	79	93
Estoque CME	(70)	(31)
Estoque SADT	19	19
Estoque Lab. Análises Clínicas	(1)	4
Estoque SESMT	-	1
Estoque Fundo Fixo	1	-
	3.723	**4.186**

Os estoques são registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor, em conformidade com a NBC TG 16 (R2) – Estoques, correlata ao CPC 16 (R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), convergente ao IAS 2. A Fundação mantém controle de seus estoques por meio de sistema integrado de gestão (ERP), que permite o acompanhamento contínuo das movimentações e saldos. Com base nas análises realizadas pela gestão de suprimentos e nos inventários periódicos, a Administração não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas nos estoques, uma vez que os materiais se encontram em condições adequadas de uso e dentro dos prazos de validade, quando aplicável.

7. OUTROS CRÉDITOS

R$(mil)

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a Fornecedores	1.484	827
Adiantamento de Salários	-	1
Adiantamento de 13º Salário	-	35
Adiantamento de Férias	351	240
Imóveis a Comercializar	-	-
Outros Créditos de Terceiros	3.251	2.733
Despesas Antecipadas	163	180
Contas Transitórias BG Saúde	40	-
	5.289	**4.016**

Em decorrência de condições operacionais observadas em exercícios anteriores, parte das aquisições realizadas pela Fundação ocorreu mediante pagamento antecipado a fornecedores, prática adotada em função de exigências comerciais específicas. Os valores registrados como adiantamentos a fornecedores referem-se a pagamentos efetuados previamente à entrega de bens ou prestação de serviços, sendo apropriados ao resultado ou ao estoque, conforme a natureza da operação, quando do efetivo recebimento. No exercício de 2025, observa-se aumento no saldo de adiantamentos a fornecedores em relação ao exercício anterior, decorrente, principalmente, de condições comerciais praticadas por determinados fornecedores, que exigem pagamento antecipado para fornecimento de bens e serviços. A Administração mantém acompanhamento contínuo desses saldos, adotando medidas para sua adequada regularização e conciliação, conforme a efetiva entrega dos bens ou prestação dos serviços correspondentes. Ressalta-se que os adiantamentos a fornecedores são realizados com recursos próprios da Fundação, não vinculados a verbas públicas com destinação específica. Quanto a composição constante na rubrica "Outros Créditos de Terceiros" destacamos alguns valores tais como:
-O valor de R$ 306 mil, refere-se à doação de parceria firmada entre a Fundação e o Supermercado EPA.
-O valor de R$ 349 mil, refere-se à doação de parceria firmada entre a Fundação e a Drogaria Araújo.
-O valor de R$ 662 mil, refere-se à captação via telemarketing, mediante operação realizada com empresas terceirizadas.
-O valor de R$ 513 mil, refere-se a empréstimo de materiais médicos e medicamentos a outros hospitais. Importante frisar que isso é uma prática comum entre as Instituições Hospitalares, para atender às demandas emergenciais e que são devidamente controladas via relatórios gerenciais pelo setor de farmácia da Fundação.
-O valor de R$ 350 mil refere-se à ação movida pela Fundação contra a Prefeitura de Sabará – Processo 0094806-84-2013.8.13.0567.
-O valor de R$ 21 mil refere-se a parceria entre a Fundação e algumas Faculdades/Universidades/Escolas técnicas, para o estágio curricular obrigatório dos estudantes do curso de enfermagem e medicina no internato, sendo estes nas especialidades cirurgia geral, pediatria, ginecologia, clínica médica, dentre outros.
-O valor de R$ 320 mil refere-se ao Alvará Judicial nº 1000162692025 xxxx - Associação Beneficente Antônio Vilela Lima e Ester Antunes Lima.
Despesas Antecipadas: As despesas antecipadas correspondem a valores pagos antecipadamente pela Fundação, cujos benefícios econômicos serão apropriados ao resultado em períodos subsequentes. Esses valores são registrados no ativo e apropriados ao resultado de forma sistemática, de acordo com o período de vigência dos contratos ou à medida que os serviços são efetivamente consumidos, em conformidade com o regime de competência.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais referem-se a valores depositados pela Fundação no âmbito de processos judiciais nos quais figura como parte, em atendimento a determinações legais ou para garantia das obrigações em discussão. Esses valores são registrados no ativo não circulante e mantidos até o desfecho das respectivas demandas judiciais. Os depósitos judiciais estão relacionados a processos de natureza cível, trabalhista e/ou tributária, sendo apresentados de forma segregada conforme a natureza das contingências associadas, em consonância com a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, correlata ao CPC 25.

R$(mil)

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos Judiciais Recursais	361	550
Cíveis e Trabalhista	408	316
	769	**866**

8.1 CONTA CORRENTE PACIENTES-SUS/CONVÊNIOS

Essa referência diz respeito aos montantes devidos à Fundação Benjamin Guimarães por parte de clientes cujos pagamentos ultrapassam o exercício financeiro vigente. Tais valores correspondem a compromissos pendentes de liquidação, exigindo da instituição uma gestão eficaz de crédito e cobrança, com o propósito de assegurar sua recuperação e otimizar o fluxo de caixa a longo prazo.

R$(mil)

	31/12/2025	31/12/2024
SMS/SES-Incentivo Centrare	397	397
	397	**397**

9.IMOBILIZADO

R$(mil)

Descrição	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Terrenos	520.630	-	-	520.630	-	-	520.630
Edificações	27.773	-	-	27.773	-	-	27.773
Instalações	9.153	-	-	9.153	-	-	9.153
Benfeitorias	14.165	-	-	14.165	94	-	14.259
Bens Móveis	28.448	1.163	(210)	29.401	7.188	(1.671)	34.918
Imobilizado em Andamento	1.310	3.150	(187)	4.273	11.640	(2.928)	12.985
Imóveis de uso - Convênios Públicos	7.266	-	-	7.266	-	-	7.266
Bens Móveis - Convênios Públicos	21.648	6.612	(714)	27.546	3.650	(862)	30.334
Total	**630.393**	**10.925**	**(1.111)**	**640.207**	**22.572**	**(5.461)**	**657.318**
Depreciação Acumulada							
Edificações	(7.861)	(741)	-	(8.602)	(741)	-	(9.343)
Instalações	(8.156)	(170)	-	(8.326)	(19)	-	(8.345)
Benfeitorias	(541)	(459)	-	(1.000)	(459)	-	(1.459)
Bens móveis	(17.354)	(2.380)	165	(19.569)	(2.744)	146	(22.167)
Depreciação e Amortização - Convênios	(22.373)	(2.496)	610	(24.259)	(2.452)	257	(26.454)
Total	**(56.285)**	**(6.246)**	**775**	**(61.756)**	**(6.415)**	**403**	**(67.768)**
Convênios em execução	794	2.343	(1.384)	1.753	7.236	(2.355)	6.634
Total	**794**	**2.343**	**(1.384)**	**1.753**	**7.236**	**(2.355)**	**6.634**
Total do Imobilizado líquido	**574.902**	**7.022**	**(1.720)**	**580.204**	**23.393**	**(7.413)**	**596.184**

10. CONTAS A PAGAR

R$(mil)

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	7.783	4.482
Serviços Profissionais Terceirizados	9.845	7.483
Serviços Médicos	6.132	7.306
Honorários médicos	770	1.111
Outros compromissos	1.339	1.240
Água e Energia	179	92
	26.048	**21.714**

Este grupo compreende as obrigações da Fundação junto a fornecedores e prestadores de serviços, decorrentes das aquisições de bens e da contratação de serviços necessários à manutenção de suas atividades operacionais. Os saldos são registrados pelo valor das obrigações assumidas e apresentados de acordo com seus respectivos prazos de vencimento. A Administração mantém acompanhamento contínuo dessas obrigações, adotando, quando aplicável, medidas de negociação com fornecedores, incluindo a reprogramação de prazos de pagamento, de forma a compatibilizar os fluxos financeiros com a disponibilidade de caixa da Fundação.

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

R$(mil)

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e Ordenados	3.006	2.991
Indenizações e Aviso Prévio	2.741	3.484
Obrigações Sociais	1.391	862
Outras Provisões Trabalhistas	4.710	3.735
	11.848	**11.072**

Os saldos deste grupo referem-se às obrigações assumidas pela Fundação com seus colaboradores, incluindo salários, encargos sociais e trabalhistas, tais como contribuições previdenciárias (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), contribuições sindicais, bem como provisões trabalhistas, incluindo férias, encargos sobre férias e 13º salário. Essas obrigações são reconhecidas de acordo com o regime de competência e liquidadas conforme os prazos legais e contratuais aplicáveis. A rubrica "Indenizações e Aviso Prévio" contempla valores decorrentes de rescisões contratuais e de processos judiciais trabalhistas, incluindo acordos firmados com ex-colaboradores, quando aplicável.

11.1 OBRIGAÇÕES FISCAIS

R$(mil)

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações Fiscais	2.355	1.733
	2.355	**1.733**

Os saldos deste grupo correspondem às obrigações tributárias da Fundação, incluindo tributos retidos na fonte de terceiros e colaboradores, tais como imposto de renda retido na fonte (IRRF), contribuições previdenciárias (INSS), imposto sobre serviços (ISS), bem como contribuições sociais incidentes sobre pagamentos a pessoas jurídicas (PIS, COFINS e CSLL). Incluem, ainda, valores relacionados a parcelamentos de tributos, registrados de acordo com os respectivos prazos e condições estabelecidos. Essas obrigações são reconhecidas de acordo com o regime de competência e liquidadas conforme os prazos legais aplicáveis.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Banco	2025 (R$mil) Valor Empréstimo	2025 Saldo (CP)	2025 Saldo (LP)	2025 Saldo Devedor	2024 (R$mil) Valor Empréstimo	2024 Saldo (CP)	2024 Saldo (LP)	2024 Saldo Devedor
BMG Mútuo - CCB 31.12.45428	-	-	-	-	9.968	2.821	-	2.821
Juros a Transcorrer - BMG Mútuo - CCB 31.12.45428	-	-	-	-	-	(425)	-	(425)
Caixa Economica Federal-11.4257.610.000006-17	63.000	10.694	75.207	85.901	63.000	21.389	65.082	86.471
Juros a Transcorrer - CEF - 11.4257.610.000006-17	-	(4.590)	(33.741)	(38.331)	-	(15.761)	(16.571)	(32.332)
Sicoob Credicom - CCB 1174074	-	-	-	-	20.000	4.350	12.847	17.197
Juros a Transcorrer - Sicoob Credicom - CCB 1174074	-	-	-	-	-	(1.592)	(2.523)	(4.115)
Multa PGFN-PCD-CLT-Inscrição-60517009264-93	-	-	33	33	-	-	62	62
Sicoob Credicom - CCB 1342282	-	-	-	-	3.000	1.739	502	2.241
Juros a Transcorrer - Sicoob Credicom - CCB 1342282	-	-	-	-	-	(528)	(262)	(790)
BMG Mútuo - CCB 41.31.05500	-	-	-	-	7.500	4.395	-	4.395
Juros a Transcorrer - BMG Mútuo - CCB 41.31.05500	-	-	-	-	-	(581)	-	(581)
Santander Mutuo - Nº 0333040300000020530	-	-	-	-	5.000	1.164	5.499	6.663
Juros A Transcorrer-Santander Mutuo - Nº 0333040300000020530	-	-	-	-	-	(1.346)	(750)	(2.096)
BMG Mutuo - CCB 42.71.85220	-	-	-	-	460	296	-	296
Juros A Transcorrer - Bmg Mutuo - CCB 42.71.85220	-	-	-	-	-	(40)	-	(40)
Sicoob Credicom - CCB 1981961	-	-	-	-	10.000	3.095	13.357	16.452
Juros A Transcorrer - Sicoob Credicom - CCB 1981961	-	-	-	-	-	(1.429)	(4.955)	(6.384)
Juros A Transcorrer - Leasing - Contrato 5708938625403615	-	(268)	(627)	(895)	-	-	-	-
Sicoob Credicom - CCB 2569440	10.000	8.119	52.905	61.024	-	-	-	-
Juros A Transcorrer-Sicoob Credicom - CCB 2569440	-	(6.174)	(19.593)	(25.767)	-	-	-	-
Sicoob Credicom - Cta. 40.019.322-1	-	38	-	38	-	-	-	-
Adiant. SMSA - Aux. Fin. Port GM/MS 96 - Cta. 2788-3	-	-	-	-	6.204	-	-	-
Contrato Drogaria Araújo	-	-	-	-	700	-	-	-
Juros Contrato Drogaria Araújo	-	-	-	-	-	(26)	-	(26)
Unimed-BH	-	-	-	-	410	-	-	-
Adiantamentos Particulares a prazo	-	-	-	-	-	4	-	4
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS		**7.819**	**74.184**	**82.003**		**17.523**	**72.288**	**89.810**

13. OBRIGAÇÕES COM CONVÊNIOS

R$(mil)

	31/12/2025	31/12/2024
Subvenções a realizar	13.505	12.260
Passivo diferido	49.095	34.268
	62.600	**46.528**

As subvenções a realizar e o passivo diferido correspondem a recursos recebidos pela Fundação por meio de convênios de custeio e investimento, cujos valores ainda não foram integralmente reconhecidos no resultado, em razão do não cumprimento, até a data do balanço, das condições estabelecidas nos respectivos instrumentos.
Esses valores são registrados no passivo e apropriados ao resultado de forma sistemática, em conformidade com a execução dos projetos ou com a realização das despesas a que se vinculam. A contabilização é realizada em conformidade com a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, correlata ao CPC 07, convergente ao IAS 20.

14.PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Ações judiciais contabilizadas

A Fundação é parte em processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, para os quais são constituídas provisões quando caracterizada a probabilidade de perda e quando os valores podem ser estimados com confiabilidade, em conformidade com a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, correlata ao CPC 25, convergente ao IAS 37. As provisões são mensuradas com base nas melhores estimativas da Administração, elaboradas em conjunto com a assessoria jurídica, considerando a natureza dos processos, o estágio das ações e os riscos envolvidos. As perdas classificadas como prováveis são reconhecidas nas demonstrações contábeis, enquanto aquelas classificadas como possíveis são divulgadas em notas explicativas e as classificadas como remotas não são reconhecidas nem divulgadas.

CONTINGÊNCIAS:

R$(mil)

	31/12/2025	31/12/2024
Contingências Trabalhistas	1.424	2.250
Contingências Cíveis	1.111	1.081
Fornecedores em Geral - Ação Cível	71	443
Serviços Terceirizados em Geral - Ação Cível	733	733
Contingências Administrativas e Ambientais	-	111
Contingências Tributárias	1.034	-
	4.373	**4.618**

a)A Instituição encontra-se envolvida em litígios trabalhistas relacionados a processos judiciais movidos por ex-empregados e trabalhadores terceirizados. As ações cuja probabilidade de perda é considerada provável, em razão de eventos pretéritos, foram avaliadas pela Assessoria Jurídica no exercício de 2024, totalizando R$ 2.250 mil. Para o exercício de 2025, esse montante diminuiu para R$ 1.424 mil. A variação observada decorre da reavaliação periódica dos processos judiciais, considerando alterações no estágio das ações, decisões judiciais proferidas, acordos realizados e revisões nas estimativas de risco e valor envolvido.
b)Instituição também figura como parte em litígios judiciais de natureza cível, os quais envolvem reparações por danos materiais e morais, decorrentes de ações movidas contra membros do Corpo Clínico do Hospital da Baleia e outros indivíduos. No que concerne a tais demandas, cuja probabilidade de perda é considerada provável, em razão de eventos pretéritos, a Assessoria Jurídica realizou a devida quantificação, resultando em um montante de R$ 1.081 mil para o exercício de 2024. No período subsequente, 2025, verificou-se um pequeno aumento nesse valor, totalizando R$ 1.111 mil.
c)No que se refere à rubrica contábil correspondente a Fornecedores em Geral – Ação Cível e Serviços Terceirizados em Geral – Ação Cível, trata-se de valores objeto de cobrança judicial por parte de fornecedores e prestadores de serviços, no âmbito de ações de natureza cível. Esses montantes, devidamente registrados na contabilidade sob as rubricas de Fornecedores ou Prestadores de Serviços, foram reclassificados do passivo circulante para o passivo não circulante, considerando a natureza e o prazo de exigibilidade das obrigações. No exercício fiscal de 2024, o montante registrado ascendia a R$ 1.287 mil, ao passo que, no exercício de 2025, esse valor diminuiu para R$ 804 mil. Uma redução considerável que pode ser explicada por diversos fatores econômico-financeiros e até mesmo o trabalho mensal feito pelo nosso jurídico externo. Não obstante as dificuldades enfrentadas, cumpre ressaltar que a Fundação reconhece a importância de todos os seus fornecedores e prestadores de serviços, buscando sempre a equidade no cumprimento de suas obrigações. Entretanto, em determinados momentos, faz-se imprescindível a adoção de critérios de priorização, a fim de assegurar a manutenção ininterrupta de suas atividades essenciais.

Passivo contingente – Ações judiciais não contabilizadas

Os passivos contingentes referem-se a obrigações possíveis decorrentes de eventos passados, cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade, ou a obrigações presentes que não são reconhecidas por não ser provável a saída de recursos ou por não ser possível mensurar o valor com confiabilidade, em conformidade com a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, correlata ao CPC 25. A Fundação é parte em processos judiciais nos quais figura como ré, totalizando 192 ações em andamento. Dentre essas, 125 ações foram classificadas pela Assessoria Jurídica como de risco possível ou remoto, correspondendo a um montante estimado de R$ 23 milhões. As contingências classificadas como possíveis são divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como remotas não são reconhecidas nem divulgadas, exceto quando consideradas relevantes.

Ativos Relevantes:

A Fundação figura como parte autora em aproximadamente 30 processos judiciais, cujos valores estimados totalizam mais R$ 8 milhões. Tais valores referem-se a direitos cuja realização depende de desfechos futuros incertos, não estando sob controle da entidade, razão pela qual não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis. Em conformidade com a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, correlata ao CPC 25, ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados em notas explicativas quando considerados relevantes.

14.1 SERVIÇOS PROFISSIONAIS TERCEIRIZADOS

Este grupo compreende obrigações junto a fornecedores e prestadores de serviços cujos prazos de pagamento excedem o exercício social subsequente, sendo, portanto, classificadas no passivo não circulante. À medida que se aproximam os vencimentos, esses saldos são reclassificados para o passivo circulante. Incluem, ainda, valores referentes a honorários advocatícios decorrentes de processos judiciais transitados em julgado, relacionados, entre outros, a demandas trabalhistas, tais como adicional noturno.

R$(mil)

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	614	-
Serviços Profissionais Terceirizados	122	190
	736	**190**

15. PATRIMÔNIO SOCIAL

R$(mil)

	31/12/2025	31/12/2024
Ajuste Avaliação Patrimonial	536.310	536.310
Superávits Ou Déficits Acumulados	(39.159)	(46.416)
	497.151	**489.894**

A Fundação é uma entidade sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, regida pela legislação aplicável às entidades beneficentes, em especial a Lei Complementar nº 187/2021, que sucedeu a Lei nº 12.101/2009. Em conformidade com a legislação e com seu estatuto social, é vedada a distribuição de superávits, sendo obrigatória a aplicação integral dos recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Os superávits ou déficits apurados ao final de cada exercício são incorporados ao patrimônio social, conforme deliberação da Administração, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros. Em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio líquido da Fundação será destinado a outra entidade sem fins lucrativos com objetivos sociais semelhantes, nos termos da legislação vigente e de seu estatuto.

16. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

R$(mil)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Serviços Hospitalares	**16.1**	88.679	86.085
Incentivos e Subvenções	**16.2**	109.431	95.844
Receita de Doação	**16.3**	24.020	21.350
Receita com Gratuidade Tributária	**16.4**	28.707	26.019
Receitas de Desenvolvimento e Pesquisa		6.105	6.604
Outras Rendas		736	1.712
		257.678	**237.614**
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Glosas	**16.5**	(98)	(556)
Honorários Médicos	**16.5**	(892)	(1.714)
Despesa com Gratuidade Tributária	**16.4**	(28.707)	(26.019)
		227.981	**209.325**

16.1 RECEITAS COM SERVIÇOS HOSPITALARES

R$(mil)

	31/12/2025	31/12/2024
Pacientes SUS	77.669	69.999
Pacientes Convênios	-	1.815
Pacientes Particulares	11.010	14.271
	88.679	**86.085**

16.2 INCENTIVOS E SUBVENÇÕES SOCIAIS

R$(mil)

	31/12/2025	31/12/2024
Incentivos	65.537	63.647
Subvenções Sociais	43.894	32.197
	109.431	**95.844**

Em conformidade com os Princípios Contábeis estabelecidos pelo CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e pelo IFRS 15, os incentivos são originados a partir dos valores acordados no âmbito do Plano Operativo Anual (POA), celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde (SMSA). Tais incentivos decorrem tanto dos serviços prestados aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto da contribuição da instituição na área de ensino e pesquisa. Nesse contexto, a Fundação estabelece contratos com diversas instituições de ensino, viabilizando oportunidades para que estudantes realizem especializações e aprimorem suas competências técnicas. Esses incentivos representam parcela significativa da receita institucional, sendo reconhecidos e mensurados conforme as diretrizes do CPC 47 e do IFRS 15, que regulam o reconhecimento contábil das receitas oriundas de contratos com clientes. Dessa forma, torna-se essencial que a Fundação contabilize tais incentivos com estrita observância dos critérios normativos, considerando não apenas os valores estipulados no contrato POA, mas também os requisitos específicos vinculados ao atendimento de pacientes do SUS e à prestação de serviços acadêmicos e científicos. Portanto, a gestão adequada desses incentivos, em conformidade com os princípios contábeis internacionais, é indispensável para assegurar a transparência e a precisão na divulgação das receitas institucionais. Além disso, tal prática possibilita a correta alocação dos recursos, garantindo o sustento das operações da entidade e permitindo o cumprimento de sua missão institucional de maneira eficaz e responsável. Os principais incentivos recebidos são:
•**IAC:** Incentivo à Contratualização (valor atrelado à produção mensal: média de R$ 323 mil);
•**INTEGRASUS:** Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde (valor fixo mensal: R$ 43 mil);
•**INTO:** Incentivo às cirurgias de Traumatologia e Ortopedia (valor atrelado à produção mensal: média de R$ 936 mil);
•**Cirurgias Eletivas:** Incentivo de produção às cirurgias de média complexidade (valor atrelado à produção mensal: média de R$ 544 mil);
•**Rede de Urgência e Emergência:** Incentivo aos atendimentos dos pacientes internados no CTI (valor médio mensal: R$ 273 mil);
•**Centrare:** Incentivo nos atendimentos aos pacientes com Fissura Labiopalatal (valor fixo mensal: R$ 75 mil oriundos da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte).
•**Incentivo 100% SUS Federal e Municipal:** Valor recebido pelo Hospital como uma chancela a integridade institucional e a dedicação a um atendimento acessível à população totalmente SUS (valor médio mensal: R$ 3.138 mil)

16.3 RECEITAS DE DOAÇÕES

R$(mil)

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de Doações	14.018	10.811
Receitas com Eventos Institucionais	10.002	10.539
	24.020	**21.350**

As receitas de doações e eventos institucionais referem-se a recursos recebidos pela Fundação por meio de campanhas de captação, contribuições voluntárias e realização de eventos. O reconhecimento dessas receitas ocorre no momento do recebimento dos recursos ou quando há evidência objetiva de sua realização, em conformidade com o regime de competência e com a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros. As receitas de doações são provenientes, principalmente, de campanhas institucionais de captação de recursos, incluindo telemarketing, parcerias com entidades nacionais e internacionais, campanhas vinculadas a serviços públicos, doações em espécie e contribuições realizadas por meio digital. Dentre as iniciativas, destacam-se campanhas realizadas por meio de contato direto com doadores, parcerias institucionais voltadas a projetos específicos, arrecadações vinculadas a contas de consumo e doações realizadas por meio de plataformas digitais mantidas pela Fundação. O Projeto Adote um Leito, por sua vez, proporciona aos doadores a oportunidade de contribuir diretamente para a manutenção dos serviços hospitalares oferecidos pela Fundação. Da mesma forma, o Projeto Doe seu Troco, realizado em parceria com grandes redes varejistas, como Drogaria Araújo, EPA Supermercados, Mart Minas, Tambasa, Castelão dentre outros, viabiliza a arrecadação de pequenas contribuições a cada compra realizada, democratizando o ato de doar e fortalecendo o envolvimento da sociedade civil. Ademais, destaca-se o Jantar Beneficente do Hospital da Baleia, evento de grande tradição e prestígio no cenário belo-horizontino, que, além de representar uma expressiva fonte de arrecadação, reforça os laços de solidariedade e engajamento comunitário. Essas diversas iniciativas evidenciam o compromisso contínuo da Fundação na busca por recursos que garantam a sustentabilidade de suas operações e a ampliação de seu impacto social. Além disso, demonstram a capacidade da instituição em mobilizar e engajar a comunidade, consolidando sua missão de prestar assistência essencial e transformar vidas por meio de suas ações filantrópicas. Importante salientar que, muitos de nossos parceiros doadores, solicitam ao nosso setor de captação, documentos que comprovem que nossa Instituição adota as práticas contábeis vigentes, a fim de garantir que os recursos serão utilizados de forma correta e direta em nossa atividade fim.

16.4 RECEITAS/DESPESAS COM GRATUIDADES TRIBUTÁRIAS

Em 2025, a Isenção Tributária e os encargos sociais foram registrados nas contas de resultado (receitas e despesas), pelos seguintes valores:

R$(mil)

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ	(3.855)	(3.381)
PIS	(1.148)	(911)
COFINS	(5.296)	(5.138)
CSLL	(2.032)	(1.966)
INSS (Patronal)	(12.055)	(10.717)
INSS (Acidente de Trabalho)	(826)	(797)
Salário Educação	(1.507)	(1.340)
INCRA	(121)	(107)
SENAC	(603)	(536)
SESC	(904)	(804)
SEBRAE	(360)	(322)
	(28.707)	**(26.019)**
Receitas com Gratuidades	**28.707**	**26.019**
Resultado Líquido	**-**	**-**

16.5 GLOSAS/HONORÁRIOS MÉDICOS

R$(mil)

	31/12/2025	31/12/2024
Glosas Pacientes SUS - Administrativas	(99)	(70)
Ajuste p/ Complemento Honorários Externos	(893)	(719)
Glosas Pacientes Convênios - Administrativos	2	(463)
Ajuste Hon. Med. Repassar Convênios Internos	0	(587)
Abatimentos Concedidos	-	(2)
Ajuste Hon. Med. Repassar Particulares	-	(408)
Glosas de Faturamento - Administrativas	-	(21)
Descontos Concedidos	-	(0)
	(990)	**(2.270)**

No exercício de 2024, a Fundação registrou perdas no montante de R$ 98 mil, decorrentes de glosas aplicadas por convênios e operadoras de planos de saúde sobre valores anteriormente reconhecidos como receitas e registrados em contas a receber. Essas perdas referem-se a valores considerados irrecuperáveis após os processos de análise e revisão das faturas, sendo reconhecidas no resultado do exercício, em conformidade com a NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros, correlata ao CPC 48. A Administração mantém procedimentos de acompanhamento e revisão dos processos de faturamento e cobrança, com o objetivo de reduzir a ocorrência de glosas e aprimorar a qualidade das informações relacionadas às receitas.

Ajustes de Honorários e Compromisso com a Valorização Médica

Os ajustes de honorários referem-se aos valores a serem repassados a profissionais médicos e clínicas contratadas, decorrentes da prestação de serviços médico-hospitalares realizados no âmbito das atividades da Fundação. Tais valores são reconhecidos com base nos contratos firmados e na efetiva prestação dos serviços, sendo apropriados ao resultado conforme sua natureza. Quando a Fundação atua como principal na prestação dos serviços, os valores faturados são reconhecidos como receita bruta, sendo os honorários médicos registrados como despesa correspondente. Nos casos em que atua como intermediária, os valores são reconhecidos de forma líquida, conforme aplicável.

16.6 OUTRAS RENDAS

R$(mil)

	31/12/2025	31/12/2024
Recuperação de Salários	-	2
Fornecimento de Alimentação	7	9
Recuperação de Despesas	164	111
Recuperação de Diversos	-	3
Piso Nac. da Enfermagem Lei Nº 14.434/2022	-	1.462
Outras Rendas	500	-
Ganhos S/ Alienação de Bens	-	114
Recuperação de Despesa	-	6
Venda Ativo Imobilizado	19	-
Venda de Resíduos Sólidos / Inservíveis	46	5
	736	**1.712**

17. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

R$(mil)

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024 *REAPRESENTADO
Custos com Pessoal	(66.091)	(52.463)
Custo Serviços Médicos	(34.766)	(29.494)
Outros Gastos	(13.681)	(11.935)
Custo Serviços Prestados	(21.666)	(15.663)
Medicamentos	(13.368)	(11.843)
Materiais Médico-hospitalares	(7.952)	(6.443)
Órteses e Próteses	(7.125)	(3.045)
Materiais Consumo Expediente	(4.989)	(4.634)
Depreciação e Amortização	(3.178)	(3.095)
Gêneros Alimentícios	(4.512)	(3.807)
Contingências	206	156
Custo Manutenção Equip. Instalações	(913)	(818)
Gases Medicinais	(699)	(1.053)
Baixa Perda Estoque	(173)	(239)
TOTAL GERAL	**(178.907)**	**(144.376)**

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.10

17.1 DESPESAS OPERACIONAIS

R$(mil)

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024 *REAPRESENTADO
Despesa com Pessoal	(15.291)	(13.820)
Despesa Serviços Médicos	-	(62)
Outros Gastos	(6.328)	(4.296)
Despesa Serviços Prestados	(9.647)	(9.357)
Medicamentos	-	-
Materiais Médico-hospitalares	(1)	(1)
Órteses e Próteses	6	-
Materiais Consumo Expediente	(367)	(105)
Depreciação e Amortização	(785)	(654)
Gêneros Alimentícios	(137)	(166)
Contingências	685	(658)
PCLD-Provi.P/Créditos de Liquidação Duvidosa	104	(210)
Despesa Manutenção Equip. Instalações	(22)	(240)
Gases Medicinais	-	-
Gratuidade	-	(322)
TOTAL GERAL	**(31.783)**	**(29.892)**

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.10

17.2 Cobertura de Seguros

Em consonância com sua política de gestão de riscos e proteção patrimonial, a Fundação adota um modelo estruturado de contratação de seguros, garantindo a cobertura adequada de eventuais sinistros que possam impactar suas operações. Essa estratégia preventiva visa mitigar perdas potenciais, assegurando a continuidade operacional e a preservação dos ativos essenciais para a execução de suas atividades institucionais. Os seguros contratados são dimensionados com rigor técnico, levando em consideração a natureza das operações da instituição, bem como os riscos inerentes a cada atividade desenvolvida. Essa abordagem assegura que os montantes segurados sejam suficientes para cobrir eventuais perdas financeiras decorrentes de danos materiais, responsabilidade civil e outros sinistros relevantes, proporcionando maior estabilidade e previsibilidade financeira diante de cenários adversos. Os valores referentes à cobertura securitária são integralmente contabilizados sob a rubrica "Outros Gastos", evidenciando a relevância estratégica da gestão de riscos e do investimento contínuo em medidas preventivas. Essa alocação contábil reflete o comprometimento da Fundação com a sustentabilidade de suas operações e a segurança de seus ativos, assegurando um ambiente de governança robusto e alinhado às melhores práticas do setor.
A composição detalhada desses valores está apresentada a seguir:

R$(mil)

Grupo	Descrição	Prêmio
	Seguradora: Porto Seguro de Automóveis apólice nº 0531 6 24788641 Vigência: 08/03/2025 até 08/03/2026	
Veículo	Mercedes Benz Sprinter416-CDI Van L.T.Alto 2.2 BI-TB16L - Placa RVC6G99 - Ambulância	7
Veículo	Fiat Ducato Furgão Maxi Cargo Longo 2.3 - Placa QMT 7365 - Ambulancia	5
	Total	**12**
	Seguradora: Porto Seguro de Automóveis - apólice nº 0531 6 25932592 Vigência: 13/07/2025 até 13/07/2026	
Veículo	Citroen Jumper Furgao 2.3 JTD - Ano 2012/2013 Placa OMC3610	4
Veículo	Fiat Uno Drive 1.0 6V Flex - Ano 2017/2018 - Placa PUE9304	3
Veículo	Fiat Ducato Furgão Multi Alto 2.8 JTD - Ano 2006 Placa HEI0508	3
Veículo	Fiat Strada Working Celeb 1.4 8V Flex - Ano 2012/2013 - Placa OME4262	3
Veículo	Fiat Strada Adventure 1.8 8V Flex - Ano 2008/2009 Placa HIR2782	3
Veículo	Fiat Doblo Adventure 1.8 16V Flex - Ano 2012/2013 Placa HFB4821	3
Veículo	Peugeot Hoggar Pick-up Escapade 1.6 16V Flex Ano 2013/2014 - Placa PUG5622	3
Veículo	Yamaha XTZ 250 Lander - Ano 2007 Placa HMG9593	2
Veículo	Honda Moto CG 150 Fan ESDI MIX - Ano 2012 Placa OPB0338	1
Veículo	Volkswagen Kombi Standard 1.4 8V Total Flex Ano 2008/2009 - Placa HKC4961	3
Veículo	Fiat Nova Fiorino Endurance 1.4 8V Evo Flex Ano 2022/2023 - Placa RVJ8D00	5
	Total	**33**
	Seguradora: Fator Seguradora Apolice nº 1001000002166 Vigência: 01/03/2025 até 01/03/2026	
	Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores	16
	Total	**16**
	Seguradora: Tokio Marine Seguradora - Apólice nº 02968465 Proposta nº 10891530 Vigência: 02/01/2025 até 02/01/2026	
	Seguro predial	4
	Total	**4**
	TOTAL GERAL	**65**

18. ALUGUÉIS

R$(mil)

	31/12/2025	31/12/2024
Aluguel Cantina	123	10
Aluguel Área Física	64	33
Aluguel Imóvel	29	22
	216	**65**

A Fundação dispõe de Cantinas internas que são locadas a terceiros, gerando um aluguel mensal para a instituição. Além disso, uma área dentro das instalações é alugada a uma clínica terceirizada que oferece serviços médicos aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) além do aluguel de uma funerária. Adicionalmente, um apartamento, recebido por meio de doação, está atualmente locado a um terceiro. Essas práticas de locação representam fontes de receita importantes para a Fundação, contribuindo para a sustentabilidade financeira da instituição.

19. GRATUIDADES

A Fundação é uma entidade sem fins lucrativos, atuante na área da assistência à saúde, inserida no âmbito da seguridade social, nos termos do artigo 194 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A assistência social é regulamentada pela Lei nº 8.742/1993, e, no que se refere às entidades beneficentes de assistência social, pela Lei Complementar nº 187/2021, que dispõe sobre a certificação e os requisitos para fruição de benefícios fiscais. A Fundação presta serviços médico-hospitalares no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo que, a partir de junho de 2024, passou a atuar integralmente com atendimento 100% SUS. A prestação desses serviços é registrada e validada por meio dos sistemas oficiais do Ministério da Saúde, que suportam o controle, monitoramento e prestação de contas das atividades assistenciais realizadas. Em função de sua condição de entidade beneficente certificada, a Fundação usufrui da imunidade das contribuições sociais, incluindo a cota patronal ao INSS, nos termos da legislação aplicável.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS ATIVOS E PASSIVOS

Os instrumentos financeiros da Fundação são reconhecidos, classificados e mensurados em conformidade com a NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros, correlata ao CPC 48, e com a NBC TG 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, correlata ao CPC 39, convergentes ao IFRS 9 e à IAS 32. Os instrumentos financeiros incluem, principalmente, aplicações financeiras, contas a receber e outras obrigações financeiras. Os ganhos e perdas decorrentes desses instrumentos são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com sua classificação e mensuração, em observância ao regime de competência. Os instrumentos financeiros da Fundação foram devidamente reconhecidos e classificados conforme segue:
• Aplicações Financeiras: Registradas pelo valor aplicado, acrescido dos rendimentos auferidos, refletindo o montante passível de resgate caso a operação fosse liquidada em 31 de dezembro de 2025.
• Recebíveis: Correspondem aos créditos devidos por clientes, reconhecidos pelo seu valor nominal de realização, refletindo o montante total a ser recebido pela Fundação. Essa prática contábil está alinhada aos princípios fundamentais de reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, proporcionando transparência e confiabilidade nas informações financeiras. A adoção desse critério assegura precisão na tomada de decisões gerenciais, fortalecendo a comunicação com stakeholders e órgãos reguladores.
• Empréstimos e Financiamentos: Mensurados pelo custo amortizado, aplicando-se o método da taxa de juros efetiva, garantindo a precisão no reconhecimento financeiro dos encargos e amortizações, em conformidade com as melhores práticas contábeis internacionais.
Essa estrutura de gestão financeira reflete o compromisso da Fundação com a excelência em governança corporativa, assegurando a sustentabilidade econômica e o alinhamento às mais recentes normativas contábeis internacionais.

21. GESTÃO DE RISCO

Risco de capital

A Fundação realiza a gestão de seu patrimônio com o objetivo de assegurar a continuidade de suas operações e o cumprimento de suas finalidades institucionais.
No exercício de 2025, a entidade operou em um ambiente desafiador, especialmente em razão das condições de remuneração dos serviços prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como de fatores que impactaram o fluxo de caixa. Diante desse contexto, a Administração implementou medidas voltadas ao fortalecimento da sustentabilidade econômico-financeira da Fundação.
As principais iniciativas incluem:
• diversificação das fontes de receita;
• aprimoramento dos processos operacionais e administrativos;
• otimização da gestão de recursos e ativos institucionais;
• fortalecimento dos controles financeiros e de acompanhamento de resultados.
A Administração acompanha continuamente os indicadores econômico-financeiros, adotando medidas de ajuste sempre que necessário, com o objetivo de assegurar a continuidade operacional da Fundação.

Risco de mercado

O risco de mercado refere-se à possibilidade de impactos nos resultados da Fundação decorrentes de variações em fatores econômicos, tais como preços de insumos, custos de serviços e condições de remuneração das atividades assistenciais. No contexto da Fundação, esse risco está associado, principalmente, à variação dos custos operacionais e às condições de remuneração dos serviços prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A Administração monitora continuamente esses fatores e adota medidas voltadas à mitigação de seus efeitos, incluindo:
• otimização da gestão de custos e eficiência operacional;
• acompanhamento e negociação com fornecedores e prestadores de serviços;
• monitoramento das condições de remuneração dos serviços prestados;
• diversificação das fontes de receita e captação de recursos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à capacidade da Fundação de cumprir suas obrigações financeiras nos prazos estabelecidos. A gestão da liquidez é realizada por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa, considerando as características das receitas e das obrigações assumidas. Parte dos recursos financeiros da Fundação encontra-se vinculada a convênios e termos de cooperação com órgãos públicos, estando sujeita a restrições quanto à sua utilização, o que requer planejamento específico para a gestão das disponibilidades.A Administração adota medidas voltadas ao equilíbrio do fluxo de caixa, incluindo:
• planejamento financeiro e gestão do capital de giro;
• acompanhamento das obrigações e respectivos vencimentos;
• negociação de prazos com fornecedores e credores, quando aplicável;
• captação de recursos não vinculados e diversificação das fontes de financiamento.
A Administração monitora continuamente sua posição de liquidez, adotando as medidas necessárias para assegurar o cumprimento de suas obrigações.

Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes do não recebimento de valores registrados em contas a receber. No contexto da Fundação, esse risco está relacionado, principalmente, aos valores a receber de serviços prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e de outras fontes de receita. A Administração monitora continuamente a posição de seus recebíveis, considerando fatores como prazos de recebimento e histórico de liquidação, bem como as condições de repasse dos recursos. Para a mitigação do risco de crédito, a Fundação adota as seguintes práticas:
• acompanhamento contínuo dos saldos a receber;
• análise periódica dos prazos de recebimento e da exposição a atrasos;
• constituição de provisão para perdas esperadas, conforme aplicável;
• diversificação das fontes de receita.
A Administração revisa regularmente suas estimativas e premissas relacionadas ao risco de crédito, com o objetivo de refletir adequadamente as condições vigentes.

22. FATOS RELEVANTES

Fundação Benjamin Guimarães – Hospital da Baleia
O exercício de 2025 marcou a consolidação do modelo de atendimento 100% SUS no Hospital da Baleia, após o primeiro ciclo completo de sua implementação. O período foi caracterizado pelo fortalecimento da governança, ampliação da capacidade assistencial, ganhos de eficiência operacional e evolução consistente dos indicadores de qualidade, reafirmando o papel da instituição como referência em média e alta complexidade no sistema público de saúde.

Governança e Direcionamento Estratégico

Em 2025, a Fundação Benjamin Guimarães consolidou seu modelo de governança, com atuação estruturada e integrada entre o Conselho Curador e a Diretoria Executiva, baseada no acompanhamento sistemático de indicadores e na tomada de decisão orientada por dados. Como marco do período, foi aprovado o Plano Estratégico para os próximos cinco anos, com foco na ampliação da atividade hospitalar, expansão de leitos e avaliação de novas oportunidades de gestão de unidades de saúde.
A maturidade da governança refletiu-se em maior disciplina de gestão, no fortalecimento dos mecanismos de controle e na ampliação da capacidade de execução de projetos estratégicos.

Expansão Assistencial e Operacional

O Hospital da Baleia manteve operação em escala relevante no Sistema Único de Saúde, com destaque para:
• 214 leitos operacionais, sendo 210 contratualizados/SMSA
• Mais de 500 mil atendimentos ambulatoriais
• Mais de 13 mil cirurgias realizadas
• Mais de 74 mil sessões de diálise e quimioterapia
• Mais de 1,1 milhão de refeições produzidas
A instituição atendeu pacientes provenientes de mais de 530 municípios mineiros, totalizando mais de 16 mil pacientes assistidos ao longo do ano, consolidando sua abrangência estadual.
A produção assistencial manteve forte concentração em áreas estratégicas organizadas em Centros de Excelência, com destaque para Oncologia, Nefrologia, Ortopedia e Traumatologia, Saúde da Mulher e Centrare (Centro e Fissura Labiopalatinas).
No desempenho assistencial, destacam-se posições relevantes em rankings hospitalares, incluindo:
• 1º lugar em cirurgias do aparelho geniturinário
• 1º lugar em cirurgias ortopédicas de alta complexidade (politrauma e múltiplas)
• 2º lugar em volume total de cirurgias (11.746 procedimentos)
• 3º lugar em internações clínicas em oncologia (4.014 casos)
A Fundação Benjamin Guimarães / Hospital da Baleia manteve, em 2025, seu protagonismo nos atendimentos pediátricos, abrangendo todas as especialidades. Destaca-se também como o maior centro de referência estadual em Minas Gerais no tratamento de crianças com fissura labiopalatina, com atuação multidisciplinar (cirurgia, fonoaudiologia e odontologia) desde o nascimento até a adolescência, com atendimento integral e gratuito pelo SUS.

Qualidade Assistencial e Experiência do Paciente

A qualidade do cuidado permaneceu como eixo central da atuação institucional. O Hospital da Baleia avançou no monitoramento e na padronização de processos assistenciais, com destaque para a atuação do Núcleo de Segurança do Paciente.
As auditorias das metas internacionais de segurança apresentaram adesão média próxima a 90%, evidenciando consistência na aplicação dos protocolos e fortalecimento da cultura de segurança. Na experiência do paciente, a instituição registrou Net Promoter Score (NPS) de 79,4, superando a meta interna de 75, o que reflete elevado nível de satisfação dos usuários quanto à qualidade e à humanização do atendimento.

Inovação, Tecnologia e Eficiência

Foram implementados sete novos sistemas de tecnologia da informação e desenvolvidos três projetos de inteligência artificial, voltados à automação de processos e à melhoria da eficiência operacional. A digitalização de fluxos assistenciais e administrativos resultou na redução de aproximadamente 60% no consumo de papel, além de ganhos relevantes em agilidade e qualidade da informação. Destaca-se, ainda, a participação no Programa HINOVA, iniciativa colaborativa entre hospitais 100% SUS, com apoio do SEBRAE-MG, gerando ganhos de eficiência de até 15% na aquisição de insumos, por meio de modelos compartilhados de padronização e compras.

Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento

O Núcleo de Ensino e Pesquisa ampliou sua atuação em 2025, com destaque para:
• 2.739 estagiários ao longo do ano
• 53 médicos residentes, distribuídos em 10 especialidades
• 15.571 horas de treinamento realizadas
• 325 ações educativas promovidas
Na área científica, foram submetidas três pesquisas clínicas, com destaque para a especialidade de Nefrologia, além da emissão de 17 pareceres pelo Comitê de Ética em Pesquisa.
A parceria com a Faculdade Unimed ampliou a oferta de cursos, eventos e programas de capacitação, fortalecendo a integração entre assistência, ensino e produção de conhecimento.

Pessoas e Cultura Organizacional

O Hospital da Baleia manteve foco na valorização do capital humano e no fortalecimento da cultura organizacional. A equipe multiprofissional contou com 74 profissionais, atuando de forma integrada no cuidado ao paciente, com abordagem multidisciplinar. Destaca-se a realização da 2ª edição do Programa Diversidade e Inclusão, com:
• 13 participantes
• 6 efetivações, sendo 5 mantidas na instituição
A iniciativa reforça o compromisso com a inclusão, o desenvolvimento de pessoas e a construção de um ambiente organizacional mais diverso e acessível.

Comunicação e Reputação

A comunicação institucional apresentou desempenho relevante em 2025, com:
• 1.207 inserções espontâneas na imprensa
• R$ 37 milhões em valoração de mídia
• 68,9% de matérias positivas
Nas plataformas digitais, a instituição alcançou:
• Taxa de engajamento de 7,5%
• Alcance superior a 200 mil usuários
Os indicadores refletem o fortalecimento da reputação institucional e a ampliação da visibilidade do Hospital da Baleia junto à sociedade.

Síntese do Exercício de 2025

Os resultados de 2025 evidenciam a consolidação de um modelo assistencial e de gestão orientado por escala, qualidade e eficiência. A combinação entre governança estruturada, ampliação da capacidade operacional, incorporação de tecnologia e valorização das pessoas sustenta a trajetória da Fundação Benjamin Guimarães e reforça seu compromisso com a prestação de serviços de saúde de excelência no âmbito do Sistema Único de Saúde.

****

LUIZ HENRIQUE DE SOUSA E SILVA
DIRETOR PRESIDENTE

MARCO AURELIO CUNHA DE ALMEIDA
DIRETOR ADM. FINANCEIRO

DEDAIR LEITE TEIXEIRA
GERENTE FINANCEIRO/CONTROLADORIA

WELTHER PEREIRA DE SOUZA
CONTADOR
CRC-MG 106538

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Conselheiro(a)s, Diretores (as) e Administradores (as) da FUNDAÇÃO BENJAMIN GUIMARÃES
Belo Horizonte — MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO BENJAMIN GUIMARÃES, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO BENJAMIN GUIMARÃES em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
•Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
•Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
•Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
•Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 09 de abril de 2026

Mattoso Auditores Independentes & Associados Ltda
CRCMG NO 002.684/0

Fernando Antonio Lopes Mattoso
Contador CRCMG 1 1 .628/0-3